### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 68 DE 2024

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços -CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

#### **EMENDA Nº**

Dê-se ao § 5º no art. 185 do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024 a seguinte redação:

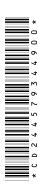
"Art. 185.....

§ 5º Não são consideradas receitas dos serviços de que trata o caput as auferidas em operações de crédito realizadas entre a cooperativa e o associado com recursos próprios da cooperativa ou dos associados ou com recursos públicos, direcionados, equalizados ou de fundos oficiais ou constitucionais, na forma do regulamento." (NR)

# **JUSTIFICAÇÃO**

A Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovada pelo Congresso Nacional, selou duas conquistas históricas para cooperativismo durante o debate da Reforma Tributária: adequado tratamento reconhecimento do tributário cooperativo e a criação de um regime específico de tributação para as cooperativas. Agora, é preciso que a atual etapa de regulamentação infraconstitucional, por meio do PLP 68/2024, respeite especificidades deste modelo de negócios. Para isso, é fundamental que a regulamentação esteja em consonância com a Emenda







## Constitucional 132/23.

Dado inexistir spread nas operações com recursos públicos ou fundos oficiais/constitucionais, uma vez ser obrigatório o repasse destas linhas de financiamento sem onerosidade, a presente emenda vem no sentido da necessidade do reconhecimento da particularidade de recursos dessa natureza não implicar em receita de serviço.

Sala das Sessões, em

de

de 2024.

### **DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO**



